



# Análise de conjuntura eclesial na perspectiva do ecumenismo

Francisco Biasin e assessoria da Comissão de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da CNBB

57ª Assembleia Geral da CNBB, 1 de maio de 2019

## INTRODUÇÃO

Fazer análise de conjuntura eclesial implica em falar de ecumenismo, não apenas para tratar das relações *ad extra* da Igreja, mas para analisar algo que lhe é constitutivo, uma nota própria: a unidade. Como ensina São João Paulo II, “querer a unidade significa querer a Igreja” (*Ut unum sint*, 9); “O ecumenismo ... não é um tipo de apêndice que se junta à atividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e ação, devendo, por conseguinte, permear a Igreja no seu todo, até alcançar seu pleno desenvolvimento” (*Ut unum sint*, 20). Podemos, então, afirmar uma “relação identitária entre igreja e ecumenismo” (WOLFF, E., *A unidade da Igreja*, p. 14) porque diz respeito à comunhão na fé entre quem pelo Batismo se insere no Corpo de Cristo. Em nossa análise focaremos três elementos: a história, o momento atual e perspectivas futuras do ecumenismo no Brasil.

## 1 A HISTÓRIA

O movimento ecumênico no Brasil tem mais de um século de história, se considerarmos que os seus primeiros impulsos foram dados com a Aliança Evangélica Brasileira (1903), depois Comissão Brasileira de Cooperação (1920) e outras organizações similares nos inícios do século XX. Tratava-se de organizações evangélicas em busca de cooperação na missão. Como em outras partes do mundo, o ecumenismo no Brasil nasceu em meios protestantes. Até o advento do concílio Vaticano II, a Igreja católica manteve-se distante do movimento ecumênico, por razões já bem conhecidas. Mas com esse Concílio os cristãos católicos em todo o mundo foram incentivados e orientados a se integrarem nos caminhos da unidade cristã. Grande incentivo foi dado também nas Assembleias dos bispos da América Latina de Medellín até Aparecida. E na CNBB foram dados os primeiros passos nessa direção com o Plano Pastoral de Conjunto (1966), criando a “Linha 5” para orientar a prática ecumênica. A partir de então membros da CNBB compuseram organizações ecumênicas de diferentes naturezas, como a CESE (1973) e o CONIC (1982) em âmbito nacional. Quase contemporaneamente iniciou-se uma parceria em organismos ecumênicos regionais, como SICA (Porto Alegre, 1969), CIER (Santa Catarina,

## **Análise de conjuntura eclesial na perspectiva do ecumenismo**

1970), MOVEC (Curitiba, anos 60), CAIC (Amazônia) entre outros, além da representação da parte católica nas diversas “Representações Regionais” do CONIC.

Ainda, pela CNBB a Igreja católica no Brasil desenvolve um diálogo bilateral com algumas Igrejas pelas Comissões: Católica – Luterana (1974); Católica – Anglicana (1982) e Católica – Judaica (1998). Em 2009 foi criada a Comissão Católica-Presbiteriana Unida, mas esta ainda não conseguiu se estruturar como tal.

Assim foi possível realizar e desenvolver um diálogo *multilateral* pelas organizações ecumênicas; e *bilateral* pelas Comissões específicas. Cada um desses organismos ecumênicos tem sua dinâmica própria, uma pauta específica para o diálogo e um modo de agir, conforme a configuração que lhe é dada pelos seus contextos e sua membresia. Isso significa que o diálogo ecumênico acontece de modo situado, procurando responder às demandas da fé cristã em realidades bem concretas e ao mesmo tempo diversificadas.

## **2 O PRESENTE**

Que frutos podem ser colhidos do cultivo da planta ecumênica? Onde foi possível chegar no caminho percorrido? Destacamos uma maior fraternidade entre as Igrejas pelo reconhecimento mútuo do batismo e pela afirmação dos valores do diálogo e do respeito mútuo, a prática da cooperação, o aumento da procura pela formação ecumênica, a intensificação da espiritualidade do diálogo. Assim é possível sistematizar alguns dos resultados em três principais horizontes.

### **2.1 Social**

A causa ecumênica tem fortalecido as Igrejas como solidárias às vicissitudes sociais do nosso povo, e assim aprendemos a trabalhar de forma cooperativa. Desenvolvemos um “ecumenismo de base”, priorizando a promoção humana, a justiça social, o bem-estar geral, a moralidade pública e privada e o cuidado com o meio ambiente. São significativas as inúmeras Declarações Ecumênicas sobre situações específicas da nação brasileira (cfr. site do CONIC), a preparação e a vivência das 4 Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, os projetos sociais da CESE entre outros. Tais iniciativas nos exercitam no testemunho comum do Evangelho, juntando recursos e esforços para promover todas as formas de vida humana e do planeta.

### **2.2 Teológico**

A nossa participação nos diálogos multilaterais e bilaterais possibilitam estabelecer acordos oficiais com outras Igrejas, como o mútuo reconhecimento do Batismo entre as Igrejas membro do CONIC (1978 e renovado em 2007), e apontar convergências e consensos sobre diversos temas teológicos. Dos seminários de estudos promovidos pelo CONIC identificamos importantes convergências na doutrina das Igrejas sobre: *Hospitalidade Eucarística* (1999), *Igrejas e Ministérios* (2001), a Missão (CONIC, 2014), o diálogo inter-religioso (CONIC,

2011.) e a *Declaração ecumênica sobre a água como direito humano e bem público* (CONIC, 2005). Também os seminários das Comissões de Diálogo Bilateral possibilitam convergências e, por vezes, consenso mesmo. Citamos aqueles da Comissão Católica-Luterana: a doutrina da justificação por graça e fé (1998), a hospitalidade eucarística (1998), os ministérios (2000), “A tradição apostólica” (2004), entre outros, cujos resultados foram publicados mas, infelizmente, ainda pouco conhecidas. É também um resultado do empenho ecumênico o crescimento da reflexão teológica em perspectiva ecumênica em muitos Institutos e Faculdades de Teologia como na PUCPR que atualmente possui três professores da graduação e da pós-graduação em teologia peritos do ecumenismo, com linhas de pesquisa e projetos específicos, além de contarem com cerca de 20 alunos e alunas orientados para mestrado e doutorado em temas de ecumenismo e diálogo inter-religioso. Da mesma forma a faculdade de Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, há anos desenvolve projetos de pesquisa em nível de excelência promovendo o diálogo inter-religioso. Esses não se configuram como os únicos espaços acadêmicos onde se aprofunda a reflexão teológica, mas ilustram a busca por estudos nas áreas de ecumenismo e diálogo inter-religioso como uma exigência que responde a uma demanda cada vez mais frequente em nosso mundo plural. Como consequência, cresce a produção de bibliografia de autores brasileiros neste campo.

Destaque especial é preciso dar à **RELEP**. A sigla designa a *Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais*. Trata-se de uma organização que reúne cerca de 80 pesquisadores no Brasil, comprometidos com o estudo crítico e interdisciplinar da experiência pentecostal-carismática. Esses pesquisadores lideram diversos projetos, em Universidades e, por sua vez, integram-se à Rede mais ampla, com outros pesquisadores na América Latina. A RELEP, como diz o nome, tem uma dinâmica de *rede*, congregando pesquisadores pentecostais, protestantes e um pequeno grupo de católicos e funciona com uma dupla face: a face *interconfessional*, abrangendo aproximadamente doze denominações de toda a América Latina, com articulações junto ao Fórum Cristão Global (*Global Christian Forum*); e uma face *acadêmica*, pois a RELEP no Brasil é formada por teólogos e cientistas da religião, oficialmente inscrita como Grupo de Pesquisa na CAPES. Seus membros são todos acadêmicos, de diferentes Faculdades e Universidades brasileiras.

### **2.3 Espiritual**

Em muitas comunidades realiza-se, anualmente, a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (ver o crescimento da venda de livros no CONIC). É estimulador o fato de vermos crescer em muitos ambientes o desenvolvimento de uma “espiritualidade do diálogo”, sedimentando a prática e a reflexão ecumênicas.

Uma grande novidade na dimensão espiritual foi nestes últimos anos o diálogo com o mundo pentecostal e neo-pentecostal. É preciso sinalizar o surgimento de dois movimentos muito significativos que estão se consolidando a cada ano.

## 2.4 ENCRISTUS

A sigla ENCRISTUS quer dizer *Encontro de Cristãos em busca de Unidade e Santidade*. A experiência começou em 2007, tendo já ultrapassado dez anos de atividade. Trata-se de um encontro de cristãos, irmanados pelo Batismo, que se sentiram movidos pela oração de Jesus: “Pai, que sejam um, para que o mundo creia” (Jo 17,21-23). A partir desta moção – sentida no coração pela escuta da Palavra – evangélicos e católicos começaram a se encontrar a cada ano ou em âmbito nacional ou regional. (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná – estados do Brasil).

Os participantes assumem o lema de *Unidade em santidade e santidade em unidade* para expressar o propósito de Deus para a Igreja: povo sacerdotal, profético e real, vocacionado à comunhão. Os participantes do ENCRISTUS acolhem este chamado de Deus – cada qual buscando santidade e unidade a partir de suas Comunidades e Igrejas, onde vivem a fé cotidianamente. Numa perspectiva de unidade, católicos e evangélicos participantes entendem que esta vocação aproxima a todos os batizados; pois além de professarem a Jesus como Redentor e partilharem o Credo Apostólico, esses cristãos têm outra característica em comum: experimentam a efusão dos dons do Espírito Santo, vivendo a espiritualidade de um “novo e contínuo Pentecostes”<sup>1</sup> que se configura como exercício dos carismas para a missão e a edificação da Igreja. Podemos dizer, em síntese, que o ENCRISTUS é um encontro de católicos e evangélicos que partilham entre si a graça do novo Pentecostes, dispostos a trilhar juntos um percurso de unidade e santidade.

## 2.5 Conferência “Somos um”

A *Conferência Internacional Somos Um* é um encontro que reúne católicos, pentecostais e algumas representações protestantes, da América do Norte, América Central, América do Sul e Europa. Acontece no Rio de Janeiro há cerca de seis anos; mas ganhou envergadura internacional a partir de 2017, na esteira dos encontros do ENCRISTUS no Rio de Janeiro. Insere-se como evento reconhecido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, promovido pela Comunidade Coração Novo (católica), com o trabalho de Comissões ecumênicas para tarefas específicas. Informações são acessíveis no site: [www.missaosomosum.com.br](http://www.missaosomosum.com.br). A finalidade da *Conferência Somos Um* é reunir e articular em contato fraterno, mediante oração, testemunho e ensino (conferências temáticas) tanto de líderes quanto de simples membros de

---

<sup>1</sup> Expressão citada à conclusão do documento *Orientações teológicas e pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*, resultante dos primeiros Diálogos de Malines sobre o movimento carismático, com a coordenação do Cardeal Suenens. Cf. SUENENS, Léon-Joseph (coord.). *Orientações teológicas e pastorais da Renovação Carismática Católica*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1979, p. 75. Não se trata de “outro” Pentecostes, como se o primeiro de At 2 fosse um mero fato histórico; mas sim de um novo ou renovado Pentecostes, que atualiza os carismas na Igreja de hoje, como o mesmo Suenens propõe. Cf. SUENENS, Léon-Joseph. *A renovação carismática: um novo Pentecostes?* 3ª ed. São Paulo: Paulus, 1999.

Igrejas, Ministérios e Movimentos de expressão pentecostal-carismática comprometidos com a unidade dos cristãos. A espiritualidade de fundo é a *reconciliação*, a começar dos membros batizados do Corpo de Cristo, chamados a testemunhar a unidade em amor (cf. 2Cor 5,16-21).

Os resultados ecumênicos nesses três horizontes tem importantes consequências eclesiológicas: estamos aprendendo a ser uma Igreja mais plural, policêntrica, participativa, integrada, fraterna e ecumênica.

### **3 PERSPECTIVAS FUTURAS**

Não obstante os frutos colhidos, os obstáculos também são perceptíveis. O movimento ecumênico sente uma espécie de cansaço pelo atraso da comunhão tão desejada. Posturas de lideranças eclesiais por vezes fragilizam a convicção alicerçada nessa longa caminhada e em muitos ambientes, o espírito de diálogo, respeito mútuo e cooperação cede lugar a atitudes fundamentalistas e exclusivistas, atrasando a recepção dos frutos obtidos pelo exercício do diálogo na estrutura das Igrejas.

Explicitamos mais longamente alguns outros desafios:

a) *situar-se dialogicamente no contexto religioso plural e discernir seus desdobramentos*. Cresce em nosso país a diversidade religiosa e a fragmentação sempre mais intensa do cristianismo. Nesse contexto há tensões e conflitos, atitudes de fundamentalismo, discriminação, preconceito e proselitismo.

O marketing religioso midiático gera desenraizamento da vida de fé. Em busca de auto-defesa, grupos religiosos radicalizam suas posturas teológicas, espirituais e pastorais, intensificando o clima de polêmica e controvérsia. Por vezes as próprias Igrejas são causa de divisão. Por isso o caminho rumo à unidade exige assumir os pecados, buscar o perdão e retomar a caminhada. A nossa preocupação com a diversidade religiosa e eclesial é legítima. Contudo, por vezes fragiliza a convicção do diálogo e mostra um ecumenismo recuado quando não acuado. Urge um discernimento apurado dos fatores da diversidade religiosa e de expressões da espiritualidade do nosso tempo, mas sem buscar simplesmente uma auto-defesa que nos afaste dos caminhos do diálogo, da cooperação e da afirmação do princípio da liberdade religiosa (*Dignitatis humanae*). Contudo assistimos ao surgimento de fatores complicadores nesse processo.

Há alguns anos, percebe-se uma crescente organização política partidária por parte de evangélicos, particularmente os de matriz pentecostal/neopentecostal. Tal percepção se tornou ainda mais clara com a consolidação da chamada “bancada da bíblia”, composta, a partir das eleições de 2018, por aproximadamente noventa (90) deputados e senadores. É uma realidade passível de consideração e nada desprezável. Uma das principais observações feitas por juristas e operadores do Direito, é quanto ao risco, sempre presente, de demasiada influência de doutrinas religiosas confessionais ou específicas no processo legislativo e, até mesmo, judiciário. Embora haja doutrinas judiciais que reconheçam a interpenetração de elementos

## Análise de conjuntura eclesial na perspectiva do ecumenismo

Morais no Ordenamento, é necessário sempre recordar a liberdade desse frente àqueles. Por mais elaborada e consistente que seja, nenhuma moral religiosa específica pode arrogar-se a faculdade de tornar-se critério de elaboração legislativa. Caso contrário, ferir-se-á o princípio da laicidade do Estado. No entanto, o princípio ora mencionado não é sinônimo de desconsideração do fenômeno religioso e suas significativas influências no cotidiano da sociedade. Há que se considerar com honestidade e vênua a contribuição que as variadas expressões religiosas oferecem aos povos em que se encontram. Todavia, a contribuição das doutrinas confessionais nas atividades legiferantes reside na oferta e na defesa de valores universais que salvaguardem a dignidade de toda vida e da vida toda, superando, assim, a promoção de elementos específicos e particulares de uma única expressão religiosa. Preocupa o fato que não parece ser essa a intenção no hodierno cenário sócio-político e religioso brasileiro.

b) *Fortalecer as estruturas de diálogo* que possuímos. Isso acontece assumindo com convicção as suas agendas ecumênicas. Falamos aqui do CONIC, da CESE, das Comissões bilaterais, entre outras, mas também da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da CNBB. Essas estruturas possuem certa fragilidade que em muito expressa a fragilidade das convicções ecumênicas das Igrejas membro. A diversidade dos parceiros mostra quão exigente é o exercício do diálogo que ali se realiza. Mas com métodos esclarecidos para o diálogo podemos avançar na realização dos objetivos a que se propõe. Essas estruturas precisam ser compreendidas como “estruturas de Igreja”, que promovem o testemunho comum do Evangelho. Elas possibilitam um processo de aprendizagem, de conhecimento mútuo, de troca de experiências, da consciência e prática da solidariedade, o compromisso com a verdade, a realização de iniciativas missionárias e diaconais peculiares.

c) *Intensificar a recepção do ensino ecumênico* do Vaticano II, do magistério eclesial posterior, das Assembleias do episcopado latino-americano e dos trabalhos das Comissões Bilaterais de Diálogo. Os documentos conciliares como *Unitatis redintegratio*, *Nostra aetate*, *Dignitatis humanae*, a Encíclica *Ut unum sint* e o ensino do atual pontífice, o Papa Francisco, justificam a causa ecumênica como causa da Igreja: “toda a vida dos cristãos está marcada pela solicitude ecumênica” (*Ut unum sint*, 15). O papa Bento XVI pediu na Assembleia de Aparecida que o ecumenismo seja uma convicção concreta, ele “precisa de gestos concretos, capazes de tocar nos corações e sacudir as consciências” dos cristãos e das igrejas (DAP n. 234). Corroborar essa exortação a afirmação do papa Francisco: “Devemos sempre lembrar-nos de que somos peregrinos, e peregrinamos juntos. Para isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus” (*Evangelii gaudium*, 244). Urge conhecer e assumir também os resultados do diálogo teológico que realizamos há mais de 50 anos. A recepção do magistério da Igreja no campo ecumênico, do ensino teológico e dos resultados dos diálogos precisa ser estrutural, teológica, espiritual e pastoral. Somente assim ela terá incidência no ser e agir da Igreja, ampliando as fronteiras epistemológicas da nossa fé e tornando mais acolhedoras as nossas

estruturas. Isso é muito mais que obediência ao magistério eclesial, é fidelidade à vontade de Cristo para a sua Igreja: “Pai, que todos sejam um, para que o mundo creia” (Jo 17,21).

d) *Parceria com diferentes formas de construir a oikoumene*: sabemos que o movimento ecumênico é uma realidade dinâmica e em contínua transformação a partir dos novos tempos, novos contextos e novos sujeitos que se integram no diálogo sobre a *oikoumene*. Identificamos atualmente 4 significados desse termo:

1) *ecumenismo secular*: propõe novas formas de estar no mundo, um ecumenismo da justiça e das culturas, com força para promover a paz, afirmando assim que “outro mundo é possível”;

2) *ecumenismo inter-religioso (diálogo inter-religioso)*: assentado no princípio teocêntrico, extrapolando o universo cristão, como o que melhor pode responder às interpelações de uma realidade religiosa plural;

3) *ecumenismo espiritual*: busca vincular diferentes motivações fundantes da existência humana, propondo um horizonte holístico no qual comungam em seus princípios gerais sobre a origem, o sentido e o final da existência;

4) *ecumenismo cristão*: continuidade da busca a unidade da Igreja. Entendemos que nessas propostas há um princípio realista do ecumenismo que se afirma a partir da realidade concreta de cada uma das identidades em diálogo; e um princípio utópico, que crê ser possível a convivência fraterna de todas as identidades que constroem a *oikoumene*. Como Igreja, nos mantemos no universo do ecumenismo cristão, e aí buscamos fortalecer duas principais atitudes: a primeira consiste em ter claro o que, realmente, motiva o nosso empenho ecumênico, isto é: o princípio da fé em Cristo, o mandato evangélico de Jo 17,21, a consciência eclesial e o vínculo entre ecumenismo e missão; e a segunda visa dialogar e interagir com quem propõe outras formas de ecumenismo, buscando tecer parcerias sem prejuízo ao Evangelho e à Igreja. Afinal, não somos os únicos atores e destinatários da *oikoumene* do Reino.

Finalmente, cabe a pergunta: como prosseguir no caminho ecumênico? **Em primeiro lugar**, pelo fortalecimento do patrimônio comum na fé dos cristãos. Como afirmou Bento XVI: “A coisa mais necessária para o ecumenismo é primariamente que, sob a pressão da secularização, não percamos, quase sem dar conta disso, as grandes coisas que temos em comum, que por si mesmas nos tornam cristãos e que nos ficaram como dom e tarefa. O erro do período confessional foi ter visto, na maior parte das coisas, apenas aquilo que separa, e não ter percebido de modo existencial o que temos em comum nas grandes diretrizes da Sagrada Escritura e nas profissões de fé do cristianismo antigo. Para mim, isto constitui o grande progresso ecumênico dos últimos decênios: termo-nos dado conta desta comunhão e, no rezar e cantar juntos, no compromisso comum em prol da ética cristã face ao mundo, no testemunho comum do Deus de Jesus Cristo neste mundo, reconhecermos tal comunhão como o nosso comum e imorredouro alicerce. É certo que o perigo de a perder não é irreal.” (Erfurt, 23 de

### **Análise de conjuntura eclesial na perspectiva do ecumenismo**

setembro de 2011). **Em segundo lugar** é necessário intensificar os esforços por uma formação ecumênica consequente e de acordo com as demandas do momento presente e **por fim** precisa renovar os nossos compromissos com as Igrejas e as organizações parceiras do diálogo.

Para isso nos deixamos guiar pelo Espírito que une os cristãos numa só fé e num só batismo, para a edificação do único Corpo de Cristo (cf. Ef 4,4), a sua Igreja. Perseveramos na tarefa que nos é dada pelo próprio Cristo: “Que todos sejam um, para que o mundo creia”(Jo 17,21). Por isso o serviço ecumênico se faz um “ministério de reconciliação”(2Cor 5,18). E para vive-lo seguimos a orientação de Paulo: “Eu, prisioneiro no Senhor, vos exorto a levardes uma vida digna da vocação que recebestes: com toda humildade e mansidão e com longanimidade, suportai-vos uns ao outros no amor, solícitos em guardar a unidade do Espírito, pelo vínculo da paz”(Ef 4,1-3). O princípio da caridade é que nos une e nos motiva no trabalho ecumênico: “Se vos amardes uns aos outros, todos reconhecerão que sois meus discípulos”(Jo 13,35). Para isto trabalhamos. Que o Espírito da Unidade nos oriente e nos sustente na nossa caminhada rumo à unidade do único Corpo de Cristo. ✨